

## **CAPITALISMO, CRISE AMBIENTAL E PANDEMIA: CAMINHOS PARA FORJAR ESPERANÇA**

**Raphaela Reis Conceição Castro Silva<sup>1</sup>**

**Etiane Araldi<sup>2</sup>**

**Mariana Spacek Alvim<sup>3</sup>**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Inicia-se agora, em novembro de 2020, o oitavo mês desde que a pandemia pelo novo Coronavírus efetivamente atingiu o Brasil. Esta situação repercute impactos de várias ordens: sanitários, políticos, econômicos, sociais, ecológicos, relacionais, comportamentais, tecnológicos etc. Os efeitos são efetivamente múltiplos. Há adoecimento e morte em massa, sequelas ainda desconhecidas para quem se recupera do acometimento da doença, medo generalizado relacionado a diversas matérias, incluindo o visceral medo de morrer, enfraquecimento das economias de mercado em todo o mundo, número exorbitante de desempregados, entre outros. Como menciona Santos (2020, p. 6), há uma mudança radical nas formas de trabalho, de lazer, de consumo e de

---

<sup>1</sup> Doutora em Administração (Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/2751499099289877>. <https://orcid.org/0000-0002-4598-9110>. [castrorreis@gmail.com](mailto:castrorreis@gmail.com). Endereço para correspondência: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, Diretoria de Ensino, Estrada Washington Luís (Pendotiba), Sapê, Niterói, RJ, Brasil. CEP: 24315-375. Telefone: (55 21) 32936089.

<sup>2</sup> Doutorado em Psicologia Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/2251914961426433>. <https://orcid.org/0000-0002-1391-5037>. [etiane.araldi@ifrj.edu.br](mailto:etiane.araldi@ifrj.edu.br).

<sup>3</sup> Doutorado em Ciências da Saúde (Universidade Federal de Uberlândia, Brasil). Professora EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. <http://lattes.cnpq.br/2811230662988237>. <https://orcid.org/0000-0002-5717-1332>. [mariana.alvim@ifrj.edu.br](mailto:mariana.alvim@ifrj.edu.br).

convivência. Nota-se muita angústia, solidão e desamparo entre as pessoas. Sem dúvidas, trata-se de uma realidade à qual não se pode passar incólume, sem se afetar, sem refletir.

No entanto, a elaboração sobre um fenômeno de escala global e, ao mesmo tempo, com dimensões tão particulares a cada indivíduo não é fácil de ser feita. Estar imerso em um evento global com expressão no concreto singular de cada um faz com que se possa analisar a conjuntura de múltiplas maneiras, mais ou menos reais, mais ou menos acertadas, mais ou menos honestas ou, por que não dizer, mais ou menos sensíveis. Hoje, na circunstância em que a humanidade se encontra, a avaliação da conjuntura planetária pode acabar sendo tão estreita e limitada quanto é a posição que se ocupa individualmente, se os devidos cuidados analíticos não forem tomados, especialmente aqueles relacionados ao reconhecimento e à validação do outro. Dessa forma, entende-se que só será possível fazer uma ponderação legítima se houver, verdadeiramente, comprometimento com a ampliação dos horizontes. Não se está a falar, absolutamente, de algo simples, mas necessário ao ponto de que, na sua ausência, pode-se recair em análises e propostas de soluções paliativas, restritas ou temporárias para problemas que, cada vez mais, têm-se revelado estruturais.

Para quem vem do universo formativo acadêmico-científico de perspectiva ocidental, é usual receber uma formação baseada em uma compreensão específica do que seja humanidade. A formação à qual se está exposto em tal perspectiva entende a noção de humanidade como um fenômeno linear e repleto de conquistas que favorece a cada sujeito humano de modo incalculável e inquestionável, identificando e valorizando feitos oriundos desta noção de humanidade como fundamentalmente bons, sejam eles do campo da ciência, da técnica, da ética, da política ou da cultura de maneira geral.

Segundo Ailton Krenak (2019, p. 8), há duas manifestas implicações desse modo de estar no mundo e de pensá-lo. A primeira é a concepção de que há uma

fragmentação da humanidade entre a humanidade esclarecida e a humanidade obscurecida. A segunda é o juízo de que há um modo adequado e legítimo de ser/estar no planeta Terra. Afinal, entender a humanidade como fenômeno linear de progresso inexorável resulta entender que todos devem estar avançando rumo a um dado destino necessário, de modo que haveria quem está mais ou menos atrasado no contexto da marcha desenvolvimentista.

Desse modo, legitimam-se os resultados sociais da humanidade esclarecida sem a devida reflexão, tão necessária a qualquer fenômeno social. De sistemas políticos a tecnologias digitais, toda a produção da civilização (outra forma de se denominar a humanidade esclarecida), com ênfase nas produções modernas, no geral, é exaltada e, por vezes, pouco problematizada. Isso não é um problema em si. Afinal, muitos empreendimentos civilizatórios são inevitavelmente um ganho sem precedentes na história da humanidade. Mas essa compreensão revela-se problemática, quando/se impede questionamentos, em plena pandemia global de efeitos assoladores para vidas humanas, que são profundos e inconvenientes como, por exemplo: “o que orientou este estado de coisas?” ou “o que se deve fazer para superar esta crise?” de maneira honesta e profunda tal que seja concebível chegar à possibilidade, inclusive, de questionar os próprios paradigmas éticos, políticos, econômicos, sociais e ambientais sobre os quais a civilização está fundada, se isso promover aproximação de um diagnóstico mais acertado, capaz de viabilizar soluções socialmente benéficas.

Aceitar a possibilidade de os paradigmas estarem limitados e, até mesmo, anacrônicos é tão radical quanto necessário em tempos de busca por interpretação e por resolução de problema tão sério como o atual. É premente que se esteja aberto, metódica e metodologicamente, à possibilidade de o positivismo, o extrativismo, o colonialismo, o pragmatismo e alguns outros ismos de discriminação e de dominação, como mencionam as autoras ecofeministas (Rosendo *et al.*, 2019, s.p.), terem criado um *modus operandi* mundial que esteja na base de sustentação de várias crises contemporâneas, inclusive e

especialmente, a mais recente. A pergunta que se faz é se a “humanidade esclarecida” estaria disposta a examinar e a questionar elementos fundantes do modo dominante de ser e de estar no mundo? É a primeira pergunta de um texto com mais perguntas do que respostas, mas uma pergunta que se acredita ser de suma importância para o momento.

Nesse sentido, a intenção primordial deste texto é que se possa discorrer, de maneira exploratória, sobre as bases epistemológicas que estruturam a sociedade ocidental contemporânea, especialmente aquelas relacionadas ao modo de produção capitalista e ao paradigma ético da singularidade e da supremacia humanas em relação aos animais e à natureza, de forma que seja possível perceber criticamente alguns dos seus limites que, de algum modo, contribuíram, e ainda contribuem, para que sejam forjados ambientes de precariedade, violência, adoecimento e morte, como o que, infelizmente, experimentam-se no presente, no contexto da pandemia, bem como propor algumas possibilidades de ação.

Este texto é um produto do projeto de pesquisa Círculo de Leituras do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade (GEMASS), desenvolvido no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Niterói, entre os meses de julho a outubro de 2020, em que foram feitas leituras individuais e discussões em grupo, sobre esta temática, entre professores e estudantes do *campus*. O desenvolvimento argumentativo do texto dá-se, principalmente, a partir dos referenciais teóricos trabalhados nos encontros do projeto, nomeadamente: Ailton Krenak, Angela Davis, Boaventura de Souza Santos, Naomi Klein e Paulo Freire. Tal escolha justifica-se por duas razões. A primeira, porque são autores relevantes, em suas respectivas áreas, na tentativa de compreensão dos limites dos paradigmas mencionados. A segunda, porque, em sua maioria, são autores que têm se ocupado com a análise da conjuntura atual, nos últimos meses, pensando e escrevendo individual e colaborativamente.

## **CAPITALISMO E SUA VERSÃO DOMINANTE – O NEOLIBERALISMO**

Em seu texto recente, *A Cruel Pedagogia do Vírus*, Santos (2020) afirma que se está vivendo em permanente estado de crise, desde a década de 1980, momento em que o neoliberalismo se impôs como versão dominante do capitalismo. Contudo, segundo ele, a pandemia agravou uma situação previamente dramática. No momento atual, já é possível observar, pelo menos, três tipos de crises que se entrelaçam: a crise sanitária, a crise econômica e a crise política.

Crise é um termo de origem médica que, na época hipocrática, buscava indicar uma transformação decisiva que ocorre no contexto de uma doença, orientando seu curso favorável ou desfavoravelmente. Recentemente, tal termo passou a representar também transformações decisivas no campo social (Abbagnano, 2007, p. 222).

Nesse sentido, para que seja possível compreender minimamente o contexto atual da pandemia (perceptível crise aguda) e as possíveis saídas, é preciso ter em vista os efeitos de um fenômeno prévio, o capitalismo e o neoliberalismo sobre a realidade (estruturantes de uma paradoxal crise crônica).

O sistema do capital mundial, ou capitalismo global, constitui-se como pano de fundo do processo econômico, social e político que se desenvolve no Brasil e na maior parte do mundo. Trata-se de um sistema que, verdadeiramente, não determina todos os acontecimentos da existência daqueles que estão sob sua ordem, mas, seguramente, ele é um elemento condicionante do conjunto dos acontecimentos que definem o atual processo histórico (Souza, 1985, p. 19), inclusive o agronegócio, a produção de alimentos e o surgimento de pandemias (Wallace, 2020).

Desde o século XVII, os modos de dominação principais são, a saber, o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado. Eles são invisíveis na sua essência e

na essencial articulação entre eles. São inculcados nos seres humanos pela educação e pela doutrinação permanentes (Santos, 2020), i.e., pela ideologia dominante. Como afirma Joy (2014, p. 32-33), “uma ideologia é um conjunto compartilhado de crenças, assim como as práticas que refletem essas crenças. (...) Quando uma ideologia está arraigada, ela é essencialmente invisível”.

Esta versão do capitalismo – neoliberalismo – sujeitou todas as áreas ao modelo de negócio do capital. A principal injunção é que áreas como, por exemplo, saúde, educação e segurança social devam ser geridas, de forma a garantir o máximo de lucro para os investidores. Esse modelo ignora qualquer princípio de cidadania e de direitos humanos (Santos, 2020). De acordo com Silva e De Mattia (2016), a gestão pública, desde o início do século XX, tem se ajustado à ordem político-administrativa, transformando os cidadãos em clientes/consumidores. Em outras palavras, interessa a esta versão do capitalismo que sejamos consumidores, e não cidadãos.

Como afirma Krenak, “precisamos ser críticos a essa ideia plasmada de humanidade homogênea na qual há muito tempo o consumo trocou o lugar daquilo que antes era cidadania” (2019, p. 24). Identifica-se uma crise neste modelo, na medida em que ele externaliza custos sociais, ambientais e sanitários, em prol de benefícios circunscritos, temporários e privados.

Além dos problemas e das adversidades já conhecidas, e mencionadas na seção 1, o momento vivenciado de pandemia escancarou uma face antes obscura do capitalismo. Agora, vivencia-se o capitalismo racial, apontado por Davis e Klein como uma “(...) realidade em que o interesse de executivos, corporações, acionistas e alguns ricos vale mais que a vida de bilhões de pessoas – e até mesmo que o próprio planeta” (2020, p. 8). Isso leva à reflexão de que o empresariado não parece estar preocupado em resolver a situação, mas sim em como é possível enriquecer mais ainda a partir dela.

A pandemia, como sintoma de problemas subjacentes, coloca à prova o modo de produção hegemônico no planeta, indicando, inclusive, a possibilidade de o capitalismo não ter condições de suprir, de fato, as necessidades das pessoas e dos seres no planeta (Davis & Klein, 2020). Isso, pois esse não parece ser o seu compromisso precípua. O capital não se interessa pelo particular, pelas realidades e pelas necessidades definidas a nível local ou nacional. A vocação do capital “[...] é universal; quer o mundo como limite. As nações, os países devem organizar as respostas às suas necessidades locais, nacionais e aí reside inclusive a base de legitimidade de seus sistemas econômicos e políticos” (Souza, 1985, p. 22). Por isso, é crucial o desempenho adequado do papel dos governos.

Nesse momento de pandemia, pode-se observar com bastante clareza a atuação dos diversos governos espalhados pelo mundo. De acordo com Santos (2020, p. 24), “os governos com menos lealdade ao ideário neoliberal são os que estão a atuar mais eficazmente contra a pandemia, independentemente do regime político. Basta mencionar Taiwan, Coreia do Sul, Singapura e China”.

Por outro lado, os governos da extrema-direita ou da direita neoliberal têm falhado na luta contra a pandemia:

Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento. Os exemplos mais marcantes são a Inglaterra, os EUA, o Brasil, a Índia, as Filipinas e a Tailândia (Santos, 2020, p. 26).

Desse modo, a partir da leitura do texto de Santos, parece ficar um tanto mais claro para os cidadãos o que vem compondo os fundamentos estruturais da vulnerabilidade planetária contemporaneamente. O autor (2020, p. 25) adverte que “haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as

políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão cada vez mais indefesas. Tal ciclo infernal só pode ser interrompido se interromper o capitalismo”.

## **CRISE AMBIENTAL**

Vive-se, ainda, em 2020, sob a égide dos valores antropocêntricos. Mesmo no âmbito do recente movimento ambientalista, a perspectiva dominante nesta seara ainda é de matriz antropocêntrica. Como exemplo, notam-se as diretrizes normativas propostas pela Organização das Nações Unidas (ONU), uma das mais importantes organizações a manifestar este paradigma. O ambientalismo é um movimento ecológico, político e social, surgido em meados do século XIX e voltado à proteção e aos cuidados relativos ao ambiente natural, com vistas a reduzir os problemas ambientais antropogênicos. Entretanto, ele carrega, em seu bojo, pressupostos de valorização humana em detrimento de outras formas de vida e, conseqüentemente, de outros interesses.

Embora já seja patente, para a maioria dos Estados e para os organismos supranacionais, a necessidade de se atribuir relevância e também proteção à natureza, ainda prevalece uma construção teórica de relevância do ambiente natural e uma organização prática para viabilizar a proteção deste ambiente baseadas na supremacia humana. O ambientalismo hegemônico ou tradicional funda-se na ideia homocentrada de que a humanidade desfruta de uma posição privilegiada (Lourenço, 2019, p. 51), i.e., a humanidade seria a única fonte existente de valor moral direto ou, em outras palavras, de valor intrínseco. Assim, a partir desta compreensão primordial, a proteção do meio ambiente só pode existir se subordinada à promoção deste valor essencial dos indivíduos humanos, o que implica, necessariamente, uma concepção instrumentalizadora do mundo natural.



Segundo tal leitura de mundo, apenas a humanidade tem interesses. Desse modo, tudo o que se deve analisar e produzir na esfera ambiental, tanto para seres vivos não sencientes quanto para os seres vivos sencientes, deve estar vinculado intrinsecamente à valorização e à proteção dos interesses da espécie humana. A consequência inevitável, como dito, é que a natureza não é entendida como possuindo valor em si. Ao contrário, seu valor é avaliado sempre a partir da sua utilidade para a civilização. Isso explica, inclusive, a nomenclatura corrente “recursos naturais” para se referir à natureza e aos animais que não os humanos.

Este tipo de antropocentrismo, considerado um antropocentrismo em sentido moderado, porque reconhece a necessidade de serem estabelecidos limites quanto ao uso do mundo natural ao mesmo tempo em que o objetivo da prática é a perpetuação dos projetos humanos, expressa preocupações ambientais relacionadas à economia, à estética, ao paisagismo, à ciência, à recreação e a tantos outros interesses. No entanto, toda esta atenção direcionada a múltiplas áreas ambientais relaciona-se diretamente com a busca por favorecer única e exclusivamente à humanidade.

Krenak (2019) faz um alerta em relação a este fato representativo do paradigma ambiental ocidental contemporâneo. Para ele, o ambientalismo tradicional vigente, substrato ideológico das noções de sustentabilidade, de desenvolvimento sustentável e de uso racional dos recursos naturais, apenas faz sentido em sociedades que se alienaram do organismo de que são parte: a Terra. Para muitos povos do Globo, incluindo o povo Krenak, do qual ele faz parte, é impossível pensar em algo que não seja natureza. Portanto, é impensável ter de propor um tipo de desenvolvimento que deva ser artificial e intencionalmente sustentável, de maneira que seja possível prolongar sua realização nos termos que ela ocorre. Segundo tais povos, isso ocorre, porque não faz sentido separar o cosmos de natureza, a humanidade de natureza, os animais de natureza, o desenvolvimento de natureza.

Lourenço (2019, p. 61) corrobora tal crítica de Krenak, declarando que a separação homem-natureza reduz simbolicamente o homem, ao vê-lo como autômato movido pelos seus próprios interesses imediatos e pela sua própria autorrealização. Mais que isso, ele afirma: “o contingenciamento homem-natureza tornou-se fonte de uma catástrofe, subvertendo o próprio ideal do Renascimento: libertar os seres humanos do medo”.

Outro problema decorrente desta forma de entender a relação homem-mundo natural baseada na busca por contenção dos custos para as atuais e futuras gerações sem se afastar do antropocentrismo (essencialmente auto interessado) como valor subsidiário é que isso resulta em que não sejam feitas críticas mais profundas no que tange ao funcionamento da experiência humana segundo tal lógica, mas apenas aos possíveis excessos causados pelo mesmo proceder, que, eventualmente, pode ser capaz de interferir no equilíbrio ecológico.

É possível ilustrar o fenômeno social de crítica aos excessos sem que isso implique crítica ao modelo produtivo e relacional com a natureza a partir das reações promovidas contra a China durante a própria pandemia de Covid-19. Tão logo a pandemia se tornou assunto comum, foi possível ter contato com uma série de materiais de conteúdos sinofóbicos, especialmente relacionados com a cultura alimentar da China. Rapidamente, promoveu-se uma correlação entre o surgimento e disseminação do novo Coronavírus aos “mercados molhados” chineses, em que se comercializam animais considerados exóticos. Contudo, este estranhamento e crítica aos hábitos alimentares deste povo em específico não encontra correspondência em outros problemas ambientais de gravidade análoga ou superior. O sistema de produção industrializada de alimento animal, sistema extremamente danoso dos pontos de vista ético e ambiental, a partir da transformação das fazendas em fábricas, da produção biológica em produção industrial, de modo geral, não é objeto de crítica na mesma intensidade, tendo em vista que se trata de um sistema validado moral e juridicamente, não estando

submetido a restrições capazes de limitar a matança de animais e a destruição do ambiente.

A partir do que alguns cientistas contemporâneos têm apresentado, não figura preciso vincular problemas complexos a causas simples e únicas. Como declara Wallace (2020, p. 87), é preciso investigar o contexto maior (nos termos deste texto, a crise crônica) do desenvolvimento das pandemias (crises agudas). Afinal, hipóteses robustas têm indicado que os riscos do direcionamento da ontogenia animal e da ecologia à lucratividade multinacional são variados e imprevisíveis. A “neoliberalização” da natureza – gerenciamento de água, pesca, exploração madeireira, mineração, genômica de plantas e animais, emissões de gases de efeito estufa, agricultura e programas de melhoramento e produção de fármacos – para além de manifestações culturais regionais, indicam ameaças significativas à existência saudável do ambiente, dos animais e dos seres humanos.

As noções que consideram a humanidade apartada da natureza e que consideram haver uma hierarquia entre povos pavimentaram uma crise que, nas palavras de Santos (2020), é irreversível. O modelo civilizatório que foi estabelecido, em especial, a partir do século XVII, pressupõe exploração dos recursos naturais e desconsideração de muitas vidas, o que pode ser compreendido como uma violação do lugar da humanidade do planeta. Assim, os autores mencionados argumentam que desse modelo a pandemia é tão somente a manifestação. Ela não é um problema em si, como se poderia pensar. Na verdade, para eles, ela é sintoma de problemas estruturais anteriores e mais profundos. Como Naomi Klein (2020, p. 12) enuncia: “a pandemia em si é a expressão da guerra contra a natureza”. E isso, em sua concepção, decorre de existir um modelo socioeconômico que é construído sobre a disposição de sacrificar vidas em nome do lucro.

Assim, é possível afirmar que a pandemia pode ser avaliada de duas maneiras: a primeira é a partir de suas causas imediatas e a segunda é a partir de suas

causas sistêmicas. Valendo-se da primeira abordagem, o intuito é desvelar o nexo de causalidade entre o início da pandemia e o surgimento do novo Coronavírus, além, claro, de estudar, comprometidamente, suas características e efeitos. Diferentemente, valendo-se da segunda abordagem, o intuito é reconhecer quais os pressupostos organizacionais humanos que conduziram ao estado de coisas que repercute em valorizar os interesses humanos a despeito de interesses de outras formas de vida.

Considerando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a poluição atmosférica (uma das dimensões da crise ecológica) mata anualmente sete milhões de pessoas, Santos (2020, p. 22) divide as crises da seguinte maneira: a poluição atmosférica seria uma crise de letalidade alta, porém de progressão lenta e a pandemia pelo novo Coronavírus seria uma crise de letalidade e progressão altas. Dessa forma, acaba ficando mais oculto o fato de que a humanidade já estava em crise antes mesmo de a pandemia começar e, talvez, a crise sistêmica tenha sido a base para a crise pontual. Por esta razão, no presente texto, propõe-se um estudo conforme a segunda abordagem, porque se entende que ela pode ser mais efetiva no esclarecimento e na possibilidade de impedir outros colapsos semelhantes, que, tudo indica, podem surgir nos próximos anos.

## **PANDEMIA**

Uma pandemia desta dimensão provoca, justificadamente, comoção mundial. Outras moléstias já atingiram o Globo, de modo geral, como, por exemplo, Sars-CoV-1, vírus Ebola (DVE), Zika Vírus (ZKV), Febre Amarela, Peste Suína Africana, Gripe Aviária, Gripe Suína, Vírus de Nipah (NiV), Febre Q, AIDS/HIV, entre outros, mas, ao que parece, não geraram tanta repercussão como o novo Coronavírus tem gerado. Cumpre destacar a diferença entre o atual momento e o surto de malária, ocorrido em 2016, que afetou a África. O novo vírus, causa da atual pandemia, afetou os países ricos do Norte global. Isso parece auxiliar no

entendimento de por que ele foi tomado como um problema geral grave, diferentemente do que aconteceu em 2016, quando poucas notícias se propagaram sobre o tema, mesmo que a doença tenha afetado 217 milhões de pessoas no continente africano.

Em janeiro de 2020, a epidemia na China não representava grande preocupação. Progressivamente, a epidemia se propagou e a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarou como uma pandemia mundial. No Brasil, a partir de março, as escolas foram fechadas e o comércio também. Contudo, havia governantes e pessoas com tendências negacionistas diante do impacto da pandemia. Já se passaram onze meses, e alcançou-se a trágica marca de mais de 1 milhão e 300 mil mortes no mundo. “A pandemia atinge todos os setores da vida social: a família, a escola, a saúde, o trabalho, as relações afetivas etc. Nada lhe resiste” (Enriquez, 2020, p. 13). À vista disso, vive-se uma das maiores calamidades da história contemporânea do mundo e do Brasil, tanto em termos de uma crise sanitária como humanitária.

Logo em seu início, o surto viral trouxe uma ideia de que todos estavam suscetíveis a se contaminar da mesma maneira. Considerando que havia casos de contaminação e de morte em diversos países, povos, comunidades, tipos de pessoas e variadas faixas etárias, foi involuntário concluir que se estava diante de um vírus “democrático”. O medo, a angústia e, conseqüentemente, a empatia inicial parecem ter decorrido, em grande medida, dessa crença de que todos eram alvo em potencial. No entanto, à medida que as estatísticas começaram a ser robustamente produzidas e divulgadas, foi possível perceber que, ao contrário do que se pensara, havia interseções entre os atingidos/mortos e suas condições materiais de existência: o vírus impacta muito mais danosamente os grupos menos privilegiados ou, nas palavras de Krenak (2019), a sub-humanidade. Pôde-se notar que as mulheres, os trabalhadores precarizados, a população de rua, os deficientes, os idosos, os refugiados, os moradores das periferias, os presos, os indígenas, os quilombolas, entre outros, encontravam-se

muito mais vulnerabilizados frente à crise. Davis e Klein (2020) afirmam que há, de fato, populações que se encontram sempre sujeitas a diferentes formas de repressão e que agora estão mais vulneráveis ainda.

Muitos problemas já existiam antes da pandemia, como a falta de água e sabão, cinco ou seis pessoas dormindo num espaço com menos de três metros quadrados, e há várias zonas de invisibilidade em várias regiões do mundo (Santos, 2020). No Brasil, a mensagem "Fique em Casa" foi amplamente divulgada nas mídias sociais e televisivas. Porém, ela não seria endereçada para todos. "Esse modelo de quarentena incorpora uma lógica que pressupõe que as pessoas tenham casa e dinheiro para comida e que contem com os meios para se conectar com os outros" (Davis & Klein, 2020, p. 20-21). A quarentena foi, e ainda tem sido, discriminatória, afeta mais certos grupos do que outros. Grupos que já sofrem com a exploração capitalista, com a discriminação racial e com a discriminação sexual. Fato que ilustra, dramaticamente, a afirmação acima é que a primeira vítima mortal de Covid-19 no Rio de Janeiro foi uma empregada doméstica, contaminada pelos patrões que voltaram de uma viagem ao exterior. A mulher tinha 63 anos e trabalhava no Alto Leblon, bairro da zona sul da cidade que tem o metro quadrado mais valorizado do país. A patroa havia retornado de uma viagem para a Itália, país que enfrentava, naquele momento, uma explosão de casos de Covid-19. Ela estava reclusa em seu apartamento, mas, mesmo assim, não impediu a empregada de retornar às suas atividades laborais.

Portanto, "(...) a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que elas provocam. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele" (Santos, 2020, p. 21). A pandemia, de ordem sanitária e humanitária, trazida pelo Covid-19 desvelou o aprofundamento da situação de desigualdade social no mundo, revelando as muitas contradições da própria globalização. Além disso, estima-se outras doenças, decorrentes de uma grave crise ambiental e em curso.

Esse contexto nos possibilita questionar a naturalização da globalização neoliberal de capitalismo financeirizado e a pensar seriamente sobre o futuro, ou seja, considerar alternativas possíveis de ação e de intervenção, com criatividade.

## POSSIBILIDADE DE AÇÃO

Ao que se precisa estar mais atento neste momento, enquanto se observa os efeitos do vírus ao redor do mundo? Que ações essa conjuntura exige de indivíduos e de nações? Esta pergunta acompanhou as(os) participantes do Círculo de Leituras do GEMASS, IFRJ, *campus* Niterói, durante o percurso de estudos que iniciou com as *Ideias para adiar o fim do mundo*, de Ailton Krenak, passando pela *A cruel pedagogia do vírus*, de Boaventura de Sousa Santos, por *Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia*, de Angela Davis e Naomi Klein, para, enfim, terminar com a *Pedagogia da Esperança*, de Paulo Freire.

Esse percurso teórico foi construído a cada encontro e apontou para demandas de natureza pedagógica que permeiam a produção de outras subjetividades e de outros mundos, capazes de desfazer o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado. Para esse desafiador trabalho, destacam-se as proposições de Davis e Klein (2020) acerca da necessidade de ampliar nossa capacidade de imaginação: precisamos ousar, ter confiança, impor exigências mais radicais e transformadoras, expandir o que somos capazes de pensar (Davis & Klein, 2020).

Nesse exercício de imaginação radical, é possível elencar algumas pistas e possibilidades de ação. Um primeiro eixo é imaginar outro lugar para o papel do Estado. A vulnerabilidade da população mundial a esta pandemia está diretamente relacionada a um ciclo de privatizações de serviços essenciais e não mercantilizáveis, como a saúde pública. Em suas reflexões sobre movimentos possíveis para a pandemia e pós pandemia, Davis e Klein (2020) resgatam a

importância de ocupar o Estado com candidaturas comprometidas com as pautas ambientais, raciais e de diversidade de gênero, como meio de produzir novas formas políticas, mais plurais, que reconfigurem a concepção moderna de Estado-nação.

Isso conduz a uma importante reflexão sobre as diferenças entre economia de mercado e sociedade de mercado, conforme propõe Michael Sandel (2012). Para o autor do campo da Filosofia da Moral, os riscos da mercantilização de setores da vida que tratam de direitos essenciais têm riscos de diferentes ordens: primeiro, riscos relacionados à desigualdade. Não é justo que direitos referentes à vida, à saúde, à segurança e à educação, por exemplo, dependam da capacidade financeira de que as pessoas dispõem. Há campos da vida que, por razões éticas, não podem ser regidos pela lógica de mercado, a qual determina que quem tem mais recursos tem mais acesso. Segundo, por uma questão de corrupção. Ao se mercantilizar áreas da vida fundamentais à existência digna, é possível que sejam praticadas distorções na noção de cidadania em algumas situações, já que a essência cidadã de certas práticas está, justamente, em elas não poderem ser objetos de transações pecuniárias, como, por exemplo, lugar na fila, que se respalda na lógica do “quem chegar primeiro, deve ser atendido primeiro” e não “quem puder pagar, deve ser atendido primeiro”.

Um segundo eixo de possibilidades de ação é imaginar/atuar em outra relação com a natureza. Segundo Krenak (2019, p. 22-23), “a ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos”. Tal perspectiva aponta para o resgate da conexão com uma esfera local e imediata de produção de vida e com os saberes dos povos originários. Segundo Davis e Klein (2020), é possível encontrar e aprender com experiências de economia regenerativa e solidária, de produção de alimentos em uma perspectiva ecofeminista, entre outros, ao se dirigir o olhar aos movimentos resistentes e alternativos ao capitalismo.



O que leva a um terceiro eixo de possibilidades de ação, relacionado aos cuidados e à reprodução da vida. O capitalismo neoliberal ampara-se na invisibilidade do trabalho reprodutivo realizado predominantemente pelas mulheres. Contrapondo-se a esta perspectiva, Cunha e Valle (2017, p. 243) afirmam que o reconhecimento dos saberes relacionados à reprodução permitiria às sociedades assumirem que “a vida é indivisível e que a responsabilidade por ela tem que ser coletivamente compartilhada”. A pandemia colocou, mais uma vez, o problema da concentração do trabalho de cuidado entre as mulheres, seja no trabalho doméstico não remunerado realizado em casa, seja na esfera pública, como profissionais de saúde, da limpeza, entre outros do setor de serviços que estiveram na linha de frente da produção de vida em meio a Covid-19. Nesse sentido, Davis (2020) afirma que, como o trabalho reprodutivo está, mais do que nunca, visível com as pessoas realizando quase todas as suas atividades em casa, é necessário/possível que o lar se manifeste como local de luta e de esperança, capaz de minar pressupostos patriarcais e neoliberais, a partir desses conhecimentos acerca da reprodução da vida.

Batthyány (2015), em sua trajetória de pesquisa sobre os cuidados no contexto latinoamericano, discute a necessidade de estes serem pensados no âmbito das políticas públicas, “desfamiliarizando” esse trabalho, ao assumi-lo como tarefa compartilhada com o Estado, mercado e comunidades, como efetiva ação de provisão de bem-estar social. No contexto brasileiro, o fortalecimento dos cuidados na esfera pública passa pela valorização e defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), como política de saúde universal e integral, utopia sonhada e conquistada pela população como direito dos cidadãos e dever do Estado.

Krenak (2019) utiliza a expressão “suspender o céu” para se pensar em outras possibilidades, ampliar horizontes de pensamento. Segundo o autor: “talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo” (Krenak, 2019, p. 57).

Tal movimento se articula com as proposições de Santos (2020) acerca da invenção de outras cognições e epistemologias, produzidas a partir das lutas e dos movimentos sociais articulados.

A produção dessas outras cognições são um quarto e último eixo de invenção/ação pensados no Círculo de Leituras, produção esta que depende de determinados métodos, da criação de círculos de criatividade e esperança, de uma pedagogia da esperança, conforme proposto por Freire (1997), como "necessidade ontológica" e que se produz por meio de uma práxis coletiva, de espaços de discussão de práticas.

Nesse sentido, entende-se que o próprio Círculo de Leituras, reunindo estudantes e professores em torno do pensamento de autores provenientes de diferentes campos e lugares de fala - um pensador indígena brasileiro (Ailton Krenak), um teórico das epistemologias do sul (Boaventura de Sousa Santos), mulheres ativistas e pesquisadoras de outras relações raciais e outras economias (Angela Davis e Naomi Klein), um educador brasileiro reconhecido por suas invenções metodológicas transformadoras de mentes e de mundos (Paulo Freire) - configurou-se como um dispositivo de produção de utopias, por meio da imaginação compartilhada, de um "pensar com", conectado com múltiplas formas de viver e de conhecer.

## REFLEXÕES FINAIS

A conjuntura analisada neste texto reflexivo coloca fortemente o problema da invenção de estratégias de resistência às múltiplas crises que engendraram a crise sanitária e econômica atual deflagrada pela pandemia do novo Coronavírus: crise do capitalismo neoliberal, crise ambiental e crise dos sistemas universais de saúde, para nomear algumas das que foram apontadas. Embora o contexto seja de sofrimento e desolação, a instabilidade dos sistemas que vinham organizando

a vida social é, também, oportunidade de invenção de outros modos de viver, de habitar, de alimentar-se, de trabalhar e de cuidar.

No plano do sistema econômico, foram analisados os problemas decorrentes dos fundamentos e das práticas capitalistas neoliberais, cujo enfrentamento convoca para a reinvenção do Estado e para a configuração de relações Estado-mercado-comunidade comprometidas com a vida. Nesse âmbito, cabe valorizar as experiências existentes de relação com a terra e com a produção dos povos originários, da economia solidária e fortalecer as ações de saúde coletiva.

Tais perspectivas se conectam com a necessidade de inventar outras formas de relação com os seres não humanos e com o ambiente, dada a importância dos problemas ambientais na emergência da pandemia, conforme discutido. Nesse sentido, o deslocamento das explicações antropocêntricas foi apontado como caminho para o reconhecimento de todas as formas de vida e a responsabilização pelos problemas concernentes ao domínio da natureza.

Compreendendo que o enfrentamento à pandemia exige uma ética não antropocêntrica, formas econômicas comprometidas com a vida, sistemas públicos de cuidado, evidenciaram-se, então, algumas pistas iniciais para a construção de alternativas: trabalho coletivo e mobilização social; participação social nos sistemas políticos; articulação com os saberes populares; metodologias de ensino e aprendizagem inventivas; pluralidade epistemológica e cognitiva; permeados pelo cultivo da imaginação e da esperança. Parafraseando Freire, a esperança se funda na verdade e na ética e é suporte da luta.

## REFERÊNCIAS

Abbagnano, Nicola (2007). *Dicionário de filosofia* (5a ed). São Paulo: Martins Fontes.

Batthyány, Karina (2015). *Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales*. Santiago: CEPAL.

Cunha, Teresa & Valle, Luísa P. (2017). O respeito à economia da vida e as pedagogias ecofeministas: reflexões sobre a prática da agroecologia e do hamutuk. *Otra Economía*, 12(22), 238-252.

Davis, Angela & Klein, Naomi (2020). *Construindo movimentos: uma conversa em tempos de pandemia*. São Paulo: Boitempo.

Enriquez, Eugéne (2020). Prefácio. In Ludmila V. M. Guimarães, Teresa C. Carreteiro, & Jacyara R. Nasciutti (Orgs.). *Janelas da pandemia* (pp. 11-14). Belo Horizonte: Instituto DH.

Freire, Paulo (1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

Joy, Melanie (2014). *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo: o sistema de crenças que nos faz comer alguns animais e outros não*. São Paulo: Cultrix.

Krenak, Ailton (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lourenço, Daniel B. (2019). *Qual o valor da natureza? Uma introdução à ética ambiental*. São Paulo: Elefante.

Rosendo, Daniela, Oliveira, Fabio A. G., Carvalho, Priscila, & Kuhnem, Tania A. (2019). *Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais*. Rio de Janeiro: Ape'Ku.

Sandel, Michael (2012). *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Santos, Boaventura S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina.

Silva, Raphaela & De Mattia, Clenia (2016). Ciência administrativa e gestão pública: uma crítica à primazia do privado em relação ao público. *Cadernos EBAPE.BR*, 14(4), 1054-1065.

Souza, Herbert J. (1985). *Como se faz uma análise de conjuntura* (3a ed). Petrópolis: Vozes.

Wallace, Rob (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência*. São Paulo: Elefante.

## **CAPITALISMO, CRISE AMBIENTAL E PANDEMIA: CAMINHOS PARA FORJAR ESPERANÇA**

### **Resumo**

No presente ano de 2020, experimenta-se, como humanidade, uma pandemia de Covid-19, causada pelo novo Coronavírus (SARS-CoV-2). Para uma miríade de pensadoras e pensadores do tempo atual, a pandemia é uma crise aguda que expressa um conjunto de crises crônicas relacionadas à vida, ao meio ambiente e às relações. Nesse sentido, este trabalho, fruto de um projeto de pesquisa denominado Círculo de Leituras, do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Ambiente, Saúde e Sociedade (GEMASS), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRJ), *campus* Niterói, tem por escopo apresentar algumas contribuições a esta perspectiva crítica, bem como pensar em soluções e em alternativas, para que a humanidade planetária não volte a sofrer com as mesmas, ou até piores, mazelas, num futuro próximo. Para tanto, o referencial teórico nuclear concentra-se em Ailton Krenak, Angela Davis, Boaventura de Souza Santos, Naomi Klein e Paulo Freire.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Meio Ambiente. Crise. Pandemia. Esperança.

## **CAPITALISMO, CRISIS MEDIOAMBIENTAL Y PANDEMIA: CAMINOS PARA FORJAR LA ESPERANZA**

### **Resumen**

En el presente año, 2020, estamos experimentando, como humanidad, una pandemia Covid-19, causada por el nuevo Coronavirus (SARS-CoV-2). Para una mirada de pensadores de la actualidad, la pandemia es una crisis aguda que expresa un conjunto de crisis crónicas relacionadas con la vida, el entorno y las relaciones. En este sentido, este trabajo, fruto de un proyecto de investigación denominado Círculo de Lectura, del Grupo Multidisciplinar de Estudios sobre Medio Ambiente, Salud y Sociedad (GEMASS), del Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología (IFRJ), campus de Niterói, pretende presentar algunas contribuciones a esta perspectiva crítica, así como pensar en soluciones y alternativas, para que la humanidad planetaria no vuelva a sufrir con los mismos, o incluso peores, flagelos en un futuro próximo. Para ello, el marco teórico nuclear se centra en Ailton Krenak, Angela Davis, Boaventura de Souza Santos, Naomi Klein y Paulo Freire.

**Palabras clave:** Capitalismo. Medio ambiente. Crisis. Pandemia. Pandemia. Esperanza.

## **CAPITALISM, ENVIRONMENTAL CRISIS AND PANDEMIC: PATHS TO FORGE HOPE**

### **Abstract**

In the present year 2020, we experience, as humanity, a Covid-19 pandemic, caused by the new Coronavirus (SARS-CoV-2). For a myriad of thinkers of the present time, the pandemic is an acute crisis that expresses a set of chronic crises related to life, the environment, and relationships. In this sense, this work, fruit of a research project called Reading Circle, of the Multidisciplinary Study Group on Environment, Health and Society (GEMASS), of the Federal Institute of Education, Science and Technology (IFRJ), Niterói campus, aims to present some contributions to this critical perspective, as well as to think about solutions and alternatives, so that the planetary humanity does not suffer with the same, or even worse, diseases in the near future. To this end, the nuclear theoretical referential focuses on Ailton Krenak, Angela Davis, Boaventura de Souza Santos, Naomi Klein, and Paulo Freire.

**Keywords:** Capitalism. Environment. Crisis. Pandemic. Hope.



## **CONTRIBUIÇÃO**

### **Raphaela Reis Conceição Castro Silva**

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### **Etiane Araldi**

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

### **Mariana Spacek Alvim**

A autora declara ter contribuído para este texto da seguinte forma: financiamento (equânime), concepção (equânime), teorização (equânime), coleta de dados (principal), análise de dados (equânime) e conclusão (equânime).

## **CONFLITOS DE INTERESSE**

As autoras declaram não haver conflitos de interesse.

## **PROCEDIMENTOS ÉTICOS**

As autoras declaram que foram observados os princípios e preceitos éticos que norteiam a pesquisa com seres humanos no estudo que serviu de base para esta contribuição.

## **AGRADECIMENTOS**

-

## COMO CITAR

Silva, Raphaela R. C., Araldi, Etiane, & Alvim, Mariana S. (2022). Capitalismo, crise ambiental e pandemia: caminhos para forjar esperança. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 9(25), 696-721.